

**PROCESSO** - A. I. Nº 279464.0002/16-5  
**RECORRENTE** - FAURÉCIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0204-02/18  
**ORIGEM** - IFEP INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 10/08/2021

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO C/JF Nº 0148-12/21-VD**

**EMENTA:** ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. a) TRANSFERÊNCIA IRREGULAR A OUTRO ESTABELECIMENTO. Operações beneficiadas pelo PROAUTO (Lei 7.537/1999 - Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia), e Dec. 7.989/2001, que dispôs sobre a transferência de créditos acumulados para empresas beneficiárias. Restou comprovado, que o ajuste foi feito em conformidade com a Cl. 7ª do Parecer GECOT 3.290/2002. Modificada a Decisão. Infração improcedente. b) UTILIZAÇÃO INDEVIDA POR TRANSFERÊNCIA DE SALDO CREDOR INEXISTENTE PARA O PERÍODO SEGUINTE. A Escrituração Fiscal Digital EFD e DMA comprovam que o saldo credor utilizado teve como origem o constante no livro de apuração de sociedade empresarial incorporada. Modificada a Decisão. Infração insubsistente. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. a) MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. b) MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. Infrações não elididas na forma indicada pelo art. 123 do RPAF. Documentos juntados ao processo comprovam que parte das notas fiscais, objeto da autuação, constam no portal da NFe como canceladas pelo emitente, com registro de protocolo. Refeitos os cálculos. Modificada a Decisão. Infrações 3 e 4 parcialmente procedentes. c) CANCELAMENTO IRREGULAR DE NF-e (s) AUTORIZADAS. Comprovado que o cancelamento de NF-es não causou prejuízo ao Erário. Conversão da exação do imposto para multa formal por descumprimento de obrigação de caráter acessório, sem penalidade expressamente prevista na legislação. Mantida a Decisão. Infração procedente em parte. Modificada a decisão recorrida. Indeferido o pedido de realização de diligência. Recurso **PROVIDO PARCIALMENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte, com base no art. 169, I, “b” do RPAF/BA, contra a decisão da 2ª JJF, que julgou Procedente em Parte o presente Auto de Infração, lavrado em 29/03/2016, exigindo tributos no valor de R\$457.201,18, relativo ao cometimento de dez infrações, sendo objeto recursivo as infrações 1, 2, 3, 4 e 10 que acusam:

1. Transferiu irregularmente crédito fiscal de ICMS a outro estabelecimento (2012) - R\$ 201.463,30, acrescido da multa de 60%.
2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, referente a transferência incorreta de saldo

credor do período anterior. Conforme demonstrado na cópia dos documentos incluídos no Anexo B (2012) - R\$ 136.330,51, acrescido da multa de 60%.

3. Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s), bem (s) ou serviço (s) sujeito a tributação sem o devido registro na escrita fiscal (2012/2013) sendo aplicado multa de 1% - R\$ 18.377,57.
4. Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) não tributável sem o devido registro na escrita fiscal (2012/2013) sendo aplicado multa de 1% - R\$ 51.337,11.
10. Omitiu saídas de mercadorias tributáveis em decorrência de cancelamento irregular de Notas Fiscais, deixando de recolher o ICMS correspondente (2012/2013) - R\$ 30.449,66.

Na decisão proferida (fls. 439 a 448) a 2ª JJF inicialmente ressaltou que antes da lavratura do Auto de Infração a fiscalização solicitou esclarecimentos com relação aos procedimentos utilizados no complexo automotivo FORD (*empresa sistemista*), normatizadas por Regime Especial, contempladas por diferimento do ICMS (art. 12 da Lei nº 7.537/99 – PROAUTO) o que resulta em acúmulo de créditos de ICMS relativamente às aquisições de mercadorias e outros não alcançados pelo diferimento.

Com a inserção da EFD (Ajuste SINIEF 02/09/art. 247 do RICMS/BA) a escrituração passou a ser feita em ambiente digital (SPED) produzindo efeitos desde 01/01/2011.

Em seguida passou a apreciação de mérito, relativo as infrações defendidas (1, 2, 3, 4 e 10):

*Infração 01: Tendo por base o demonstrativo “Anexo A” (fl. 10), extraindo-se dados da EFD transmitida pelo contribuinte, a exige ICMS sob a acusação de irregular transferência de crédito efetuada para a FORD nos meses de abril, maio e julho 2012, em desconformidade com o Parecer GECOT 3290/2002.*

*Para efeito de transferência de ICMS aqui referida, o Parecer GECOT 3290/2002, assim dispõe:*

*Cláusula 7ª – Os Fornecedores diretos, remetentes dos créditos, elaborarão, no último dia de cada mês, e deixarão à disposição da fiscalização no livro Registro de Apuração, logo após o seu encerramento, demonstrativo que contenha, no mínimo, os seguintes valores:*

- a) os créditos escriturados no respectivo período de apuração;*
- b) os débitos escriturados acaso ocorridos no respectivo período de apuração;*
- c) o saldo credor resultante que será obtido do total da letra “a” subtraído o total da letra “b”;*
- d) o valor total das operações de saídas ocorridas no período;*
- e) o valor total das operações de saídas com diferimento do ICMS com destino à Requerente;*
- f) o coeficiente a ser aplicado sobre os créditos, resultado da relação proporcional entre os totais das letras “e” e “d”, acima;*
- g) o valor do crédito acumulado passível de transferência, que será o resultado da multiplicação do coeficiente obtido na letra “f” sobre o saldo credor obtido na letra “c”,*

*Os dados do demonstrativo suporte da infração foram extraídos da EFD transmitidas pelo contribuinte à SEFAZ e estando no formato estipulado na Cláusula 7ª do Parecer GECOT 3290/2002. Expressando ter entendido o demonstrativo suporte da infração (fl. 10), o protesto do Impugnante se resume à composição do valor dos débitos mensais de ICMS (item “b”) do demonstrativo de fl. 10, em que diz já constar os valores das NFs de transferência de créditos. Aduziu que se o fisco desejava compor (em verdade recompor) o valor do ICMS passível de transferência deveria fazê-lo como se estivesse à época da apuração, ou seja, não considerar o valor das NF-es de transferência de crédito.*

*Na Informação Fiscal de fls. 382-392, o autuante diz que a interpretação da Cláusula 7ª, “salvo melhor juízo do CONSEF, que se trata do débito total escriturado no período objeto da apuração e lançado na escrita pelo contribuinte”. Portanto, inclui os débitos de ICMS objeto das próprias NFs de transferências de créditos emitidas nos meses em que estas ocorreram. Contudo, diz que ainda que as alegações da autuada tivessem fundamento e, no débito da coluna “B”, as NFs de transferência de crédito fossem subtraídas, refazendo o levantamento fiscal, ainda restaria uma transferência a maior em abril 2012, no valor de R\$ 162.998,28.*

*Ora, ainda que a não consideração dos débitos de ICMS das NFs de transferência de crédito esteja expressamente ressaltada na letra “b” do Parecer GECOT, de fato, entendendo não poderem compor o saldo do débito do ICMS do mês para apuração do valor passível de transferência de crédito, tendo em vista sua repercussão no cálculo da respectiva apuração, pois, acompanhando a lógica matemática do demonstrativo*

suporte da infração, caso não sejam excluídas, impactam na apuração do Saldo Credor Acumulado do ICMS do mês (coluna “C”), a cujo coeficiente (coluna “F”) decorrente da relação Saídas com Diferimento/Total das saídas (colunas “D” e “E”) é aplicado para, levando em conta o fator limitador (coluna “I”) se apurar o crédito passível de transferência (coluna “J”).

Dizendo apenas que em seu livro de Apuração de ICMS de abril 2012 demonstra que mesmo depois das transferências efetuadas ainda restou-lhe um saldo credor de R\$ 65.563,33, observo que na posterior manifestação do Impugnante acerca da Informação fiscal, ele apenas repete a indevida inclusão das NFs de transferência nos débitos da coluna “B” do demonstrativo de apuração do crédito de ICMS passível de transferência para a FORD (fl. 10).

Ocorre que tendo em vista os efeitos jurídicos da Escrituração Fiscal Digital – EFD e que a recomposição dos valores passíveis de transferência tem por base os dados com repercussão tributária elaborados pelo próprio contribuinte, acolho a petição do Impugnante relativa à desconsideração das NFs de transferência de crédito no cálculo da exação fiscal pela Infração 01, o que também implica em acolher o valor remanescente de R\$ 162.998,28, concernente à ocorrência de 30/04/2012, decorrente do procedimento ajustado pelo autor do feito por ocasião da Informação Fiscal, ainda que tenha dito tê-lo efetuado sem prejuízo da sua original interpretação.

*Infração parcialmente subsistente.*

*Infração 02: Essa infração se refere a utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, referente a transferência de saldo credor inexistente no período de apuração de fevereiro para março 2012.*

*Na defesa apresentada, o sujeito passivo diz que reconhece a transferência de saldo de crédito acumulado para seu cliente Ford Motor Company Brasil Ltda em março 2012, ainda que a mídia digital suporte da acusação estivesse destituída de informação, mas que fez a transferência de crédito sob a luz da legislação.*

*Por sua vez, o autuante informa que o Anexo “B” questionado pelo Impugnante contemplando divergência fiscal que já havia previamente informado ao contribuinte antes da lavratura do AI (e-mail de 10/03/2016, fl. 384) compõe-se dos documentos de fls. 11 a 17 dos autos, ou seja: a) folha de rosto do citado anexo, indicando se tratar da inexistência de SD credor anterior ao mês de março 2012 (fl. 11); b) cópia do LRAICMS de março 2012, escriturado pelo próprio autuado (fls. 12-14); c) Cópia do Resumo Fiscal da empresa no Banco de Dados da SEFAZ indicando que a primeira NF-e se deu em 01/03/2012 (fls. 15-16); d) Cópia da DMA de fevereiro 2012, onde o próprio autuado informa sua inatividade operacional naquele mês (fl. 17).*

*Observo que depois da detalhada informação fiscal acerca dos fundamentos e provas da acusação fiscal que, alerta, já constavam dos autos desde sua origem, por força das diligências pedidas às fls. 401 e 423, o sujeito passivo teve mais duas oportunidades para elidir a acusação fiscal, mas somente se manifestou uma vez, em razão da primeira das diligências citadas, apenas arguindo descabida nulidade com amparo no artigo 18 do RPAF, por entender não haver fundamentação na acusação fiscal.*

*Ora, esta é, portanto, uma questão de fato onde a própria escrituração fiscal, contrariando a alegação defensiva se constitui em robusta prova do cometimento da infração acusada. Tenho, portanto, a infração como não elidida e inteiramente subsistente.*

*Infrações 03 e 04: Tratam da falta de registro de NFs no LRE, sendo a primeira de NFs relativas a mercadorias tributáveis e segunda a mercadorias não tributáveis.*

*Para ambas infrações, a alegação defensiva é o simples desconhecimento de parte das NF-es (33 de 119 – Infração 03 e 30 de 181 – Infração 04) e que a maioria das NFs foram canceladas (86 de 119 – Infração 03 e 151 de 181 – Infração 04).*

*Contudo, para nenhuma das alegações o Impugnante trouxe aos autos documentos capazes de elidir as acusações fiscais, como orienta, aliás, o art. 123 do RPAF. No caso, sendo fato inconteste a existência dos documentos fiscais relacionados nos Anexos suporte das infrações (fls. 18-58), a alegação de não recebimento da mercadoria acobertadas por NF-es que o têm como destinatário implica na insinuação de outrem ter cometido fraude fiscal em detrimento do Impugnante, o que, em sendo verdade, resultaria em cometimento de crime de sonegação fiscal e para se proteger das eventuais consequências, por obvio, o sujeito passivo disso sendo informado no curso da ação fiscal, ainda que tais documentos se reportem aos exercícios 2012/2013, haveria que ter, ao menos minimamente, se acautelado mediante apresentação de denúncia administrativa e policial, além de outras providências. Entretanto, nada fez nesse sentido. Apenas expressa se sentir “confortável com a argumentação de não ter recebido os materiais das notas fiscais mencionadas...”.*

*Nesse mesmo caso, a falta de prova documental em acordo com o prescrito no art. 123 do RPAF, também serve ao alegado cancelamento das muitas NF-es com mercadorias destinadas ao contribuinte autuado, de modo que, assim como feitas, tais alegações resultam nas situações previstas nos artigos 141 e 142 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF, os quais, junto com o art. 123, § 5º, cabe reproduzir:*

Transcreveu à fl. 447 os artigos 123, 141 e 142 do RPAF/BA.

*Pelo exposto, tenho as infrações 03 e 04 como inteiramente subsistentes.*

*Infração 10: Cuida de exigência de ICMS sob a acusação de mercadorias tributáveis em decorrência de cancelamento irregular de NF-es. Complementarmente, registre-se que a exação fiscal tem suporte nos Anexos E e E1 (fls. 59-67) em que se relacionam as NF-es objeto da autuação e se respalda na constatação de estarem lançadas como válidas na EFD transmitidas à SEFAZ pelo contribuinte, quando, em verdade, são NF-es canceladas ou denegadas, como provam cópia de algumas das referidas NF-es colacionadas aos autos pelo autuante às fls. 61-66.*

*Pois bem. Vê-se no demonstrativo Anexo E que apenas a NF 960, cujo ICMS destacado é R\$10.251,00 se refere a operação interna que, em se comprovando a efetiva realização da operação como acusa a fiscalização, poderia implicar em prejuízo ao Erário baiano, caso o ICMS nela destacado tenha se constituído em indevido uso de crédito fiscal por parte do destinatário, tendo em vista a clara inidoneidade do documento fiscal. Contudo, a operação ocorreu em 05/12/2012, e para tal operação a decadência já operou.*

*As demais NF-es registram operações com destinos interestaduais e uma para o exterior. Assim, exceto em caso de fiscalização de mercadorias em trânsito circulando com documento fiscal inidôneo no território baiano, pergunta-se então: Qual o prejuízo para o Erário baiano que ocorre nesse caso concreto se, ainda que canceladas, registradas na EFD todas elas foram oferecidas à tributação no regime de conta corrente fiscal? Obviamente, nenhum.*

*Contudo, a despeito disso, o fato constatado, consiste sim em irregularidade tributária de caráter acessório, porém apenável pela multa no valor de R\$ 460,00, prevista no art. 42, XXII, da Lei 7.014/96, abaixo reproduzida, que aplico por conversão.*

Art. 42...

*XXII - R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), em caso de descumprimento de obrigação acessória sem penalidade prevista expressamente nesta Lei.*

*Infração parcialmente subsistente.*

No Recurso Voluntário interposto (fls. 419 a 436) inicialmente ressalta sua tempestividade, descreve as infrações, optando por pagar as de nºs 5 a 9 e defender as de nºs 1, 2, 3, 4 e 10.

Discorre sobre o julgamento que resultou na redução do débito das infrações 1 e 10 e manutenção da exigência das infrações 2, 3 e 4.

Com relação a infração 1, afirma que apesar de ter sido da 2ª JF ter reduzido o débito de R\$201.463,30 para R\$162.998,28, para esta infração, o valor mantido é indevido.

Transcreve a Cláusula 7ª do Parecer GECOT 3290/2002 que trata dos procedimentos a serem adotados nas transferências de créditos de ICMS para a FORD (fl. 423), cujos itens: i) “a, b, c” trata do Saldo Credor para transferência; ii) os itens “d e f” tratam da apuração do Coeficiente limitador da Transferência e iii) o item “g” trata do Saldo Credor Acumulado para transferência.

Aponta que no demonstrativo da fiscalização (ANEXO A) há 4 tipos de erros na apuração de valores de saldo a transferir, conforme quadro a fl. 425, focando no mês 04/2012, no qual indica os cálculos apresentados no Auto de Infração (Anexo A) e pela empresa, segundo orientação do PARECER GECOT e dados do livro de apuração do ICMS de 2012, nos meses de abril, maio de julho.

ERROS DE CALULOS DO AUTO DE INFRAÇÃO	
ERRO- 1 = Para calcular o valor a transferir de ICMS, utilizou como debito do mês, o total do debito escriturado no livro de apuração do ICMS, sem deduzir o valor da Nota Fiscal de transferência do ICMS	
ERRO 2 = Apurou o coeficiente do Gecot, com operações que não transferem a titularidade, indo de encontro a orientação da SEFAZ (Processo 4363.0120.132)	
ERRO 3 - Para verificar o excesso de transferencia, comparou o valor do ICMS transferido com e valor teto do indice FORD, (Exigência da FORD não da Lei), quando deveria ter comparado com o valor teto apurado pelo Gecot ( G )	
ERRO 4- Não demonstrou o saldo a transferir para próximo período - Que é o total do saldo credor acumulado menos o valor do ICMS transferido no mês.	

No quadro à fl. 426 indica os cálculos efetuados relativos aos meses de abril, maio e junho/2012 que afirma estar em consonância com o Parecer GECOT e esclarece que o percentual limitador estabelecido pela FORD não está previsto na lei e na fl. 428 apresentou outro quadro no qual indicou a forma que apurou o saldo credor e transferências.

Conclui que diante dos procedimentos e quadros apresentados não há irregularidades nas transferências dos meses de abril, maio, e julho de 2012, conforme dados do SPED Fiscal (ANEXO 02.05) e o Livro de Apuração (ANEXO 02.04).

Quanto a infração 2, relativa à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS pertinente a transferência incorreta de saldo credor de fevereiro/2012 (inexistente) para março/2012, reconhece que procede a afirmação do autuante de que a primeira nota fiscal foi emitida em 01/03/2012, inexistindo movimento em fevereiro/2012, conforme DMA do mês.

Esclarece que a Inscrição Estadual nº 007.083.499 de 02/02/2012 (ANEXO 03.01) e o CNPJ 02.308.87/0007-87 foi aberto em 18/01/2012 (ANEXO 03.02), entretanto a FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S/A, incorporou FAURECIA EM. C. TEC. LIMEIRA LTDA (ANEXO 03.03) que tinha Inscrição Estadual nº 074.383.937, CNPJ 08.515.211/0004-11, que operou até fevereiro 2012.

Diz que enquanto a incorporadora (Faurecia Brasil S.A) estava regularizando os documentos fiscais e cadastros passou a operar em março/2012 e o saldo anterior veio desta incorporada, estando esta operação fora do campo de incidência do ICMS conforme artigo 3º, XI da Lei nº 7014.

Esclarece ainda, que o valor de R\$136.330,5 foi o identificado na apuração de ICMS do mês de março/2012 (ANEXO 03.04, IE 007.083.499 e CNPJ 02.308.87/0007-8), mas o correto é R\$182.729,44, conforme DMA e Livro de apuração do ICMS (ANEXO 03.06), cuja diferença foi regularizada no transporte do saldo de março para abril, ficando os 3 relatórios idênticos nos saldos no final do mês abril 2012, conforme SPED Fiscal (ANEXO 03.07) e no DMA (ANEXO 03.08).

Conclui que a infração 2 é improcedente, pois o saldo do mês de março/2012 da empresa incorporadora Faurecia Brasil S.A, refere se ao transferido do mês de fevereiro/2012 da incorporada Faurecia Limeira Ltda. (ANEXO 03.03).

Quanto a infração 3 (entrada de mercadorias sem registro na escrita fiscal), afirma que conforme demonstrado nas planilhas dos Anexos C e C1, das 119 notas fiscais, 33 estão canceladas e 86 é o total de NFes efetivamente não registradas pelo não recebimento das mercadorias.

Apresenta quadro das notas canceladas à fl. 430 e diz que anexa 17 relatórios do portal das notas eletrônicas comprovando os cancelamentos (ANEXO 04.01), o que reduz para R\$ 1.610,21.

No tocante a infração 4 (entrada de mercadorias não tributáveis), alega que:

- 1) O inciso XI, do art. 42 da Lei nº 7014/96 foi revogado pela Lei nº 13.816/17 e requer a aplicação do disposto no art. 106, II do CTN, visto que o texto foi modificado para punir qualquer situação de falta de registro na escrita fiscal, mas não pode descolar para o inciso IX.
- 2) Entre as 181 notas fiscais elencadas, 30 estão canceladas e 151 efetivamente não registradas pelo não recebimento das mercadorias.

Apresenta quadro das notas canceladas (fls. 432/433) e anexa 17 relatórios do portal das notas eletrônicas para comprova os cancelamentos (ANEXO 05.01), restando um saldo de R\$27.972,22.

Relativamente a infração 10, afirma que foi reformulada no julgamento da JJF para multa de R\$460,00, valor que aceita e efetuará o pagamento.

## VOTO

Inicialmente, fica rejeitado o pedido para realização de diligência fiscal para analisar os documentos apresentados, tendo em vista que as provas juntadas aos autos são suficientes para a formação da convicção do julgador (art. 145 do RPAF/BA).

No mérito, quanto à infração 1, ressalto que foi exigido ICMS relativo à transferência irregular de crédito fiscal relativo aos meses de abril, maio e julho/2012, totalizando R\$201.463,30. Na Decisão proferida, a 2ª JF julgou improcedente a exigência relativa aos meses 05/2012 e 07/2012, e reduziu o valor exigido no mês 04/2012, de R\$163.011,81, para R\$162.998,28.

No recurso interposto, o sujeito passivo se manifestou sobre toda a exigência fiscal, porém, como não houve interposição de Recurso de Ofício relativo à parte desonerada, serão apreciados apenas os argumentos relativos ao mês 04/2012.

Com relação a esta infração, o recorrente alega que apurou o saldo credor relativo às mercadorias transferidas, seguindo a orientação contida na Cláusula 7ª do Parecer GECOT 3290/2002, (436.301/2013-2), que trata dos procedimentos a serem adotados nas transferências de créditos de ICMS para a FORD.

Na Decisão proferida, o julgador fundamentou que assistia razão ao autuado, quanto à alegação de que o valor dos créditos fiscais transferidos não devia compor o cálculo do saldo credor, mas que depois das transferências, restou um saldo de R\$65.563,33, (EFD), e acolheu o argumento da fiscalização para que mantivesse o valor remanescente de R\$162.998,28.

Para facilitar a interpretação, transcrevo abaixo a Cláusula 7ª do Parecer GECOT:

*Cláusula 7ª – Os Fornecedores diretos, remetentes dos créditos, elaborarão, no último dia de cada mês, e deixarão à disposição da fiscalização no livro Registro de Apuração, logo após o seu encerramento, demonstrativo que contenha, no mínimo, os seguintes valores:*

- a) os créditos escriturados no respectivo período de apuração;*
- b) os débitos escriturados acaso ocorridos no respectivo período de apuração;*
- c) o saldo credor resultante que será obtido do total da letra “a” subtraído o total da letra “b”;*
- d) o valor total das operações de saídas ocorridas no período;*
- e) o valor total das operações de saídas com diferimento do ICMS com destino à Requerente;*
- f) o coeficiente a ser aplicado sobre os créditos, resultado da relação proporcional entre os totais das letras “e” e “d”, acima;*
- g) o valor do crédito acumulado passível de transferência, que será o resultado da multiplicação do coeficiente obtido na letra “f” sobre o saldo credor obtido na letra “c”.*

Abaixo, transcrevo o quadro no qual o recorrente aponta erros (fl. 425):

MÊS ABRIL DE 2012				
DESCRIÇÃO	Gecot	Calculos do Auto	Calculos Contribuinte	Erros
Crédito RAICMS	a	214.363,570	214.363,570	
SALDO CREDOR DO MÊS = (a)	a	192.402,770	192.402,770	
SALDO CREDOR ACUMULADO=(A+a)	a	406.766,340	406.766,340	
Débito RAICMS	b	341.203,010	3.953,330	Erro 1
Saldo Credor RAICMS (só contribuição do mês)		-126.839,440	210.410,240	
Saldo Credor Acumulado do RAICMS	c	65.563,330	402.813,010	
Valor Total Saídas	d	7.508.555,680	6.667.856,650	Erro 2
Valor Saídas com Diferim.	e	6.008.669,080	6.008.669,080	
Coef. p/créditos	f	80,0243%	90,1140%	Erro 2
Créd. Parecer GECOT	g	52.466,596	362.990,719	
Limitador para transferência imposto pela FORD		2,90%	2,90%	Não consta da Lei
Limite para transferência imposto pela FORD		174.251,40	174.251,40	
Crédito a Transferir (levando em conta SD credor)		65.563,33	174.251,40	
Crédito Transferido		337.249,68	337.249,68	
Crédito a Estornar		271.686,35		Erro 3
<b>Saldo Credor transferir</b>			<b>65.563,33</b>	Erro 4

Com relação ao “Erro 1”, constato que a fiscalização indicou “Débito de ICMS” no valor de R\$341.203,01, que o livro de Apuração do ICMS, à fl. 230, indica englobar o valor das transferências

pelas NFes nº 01 e 88 (R\$152.888,28 e R\$174.251,40), e diferença de alíquota (R\$1.148,24 e R\$2.289,39), e devolução de material de uso e consumo, pela NFe nº 94 (R\$350,20).

Por sua vez, o registro das saídas na EFD, à fl. 232, indica saída tributadas apenas de R\$515,70, que somado ao débito da diferença de alíquota do período, totalizou no mês R\$3.953,33, que foi o considerado na apuração do saldo credor acumulado para transferência.

Pelo exposto, assiste razão ao recorrente quanto ao “Erro 1” apontado, tendo em vista que a indicação do item “b”, da Clausula 7ª do Parecer GECOT, indica “os débitos escriturados acaso ocorridos no respectivo período de apuração” e não é plausível que se considere como débitos escriturados os créditos fiscais “transferidos”, estando correto o cálculo da empresa em razão dos débitos efetivamente escriturados (devolução e diferença de alíquota), o que resultou no saldo credor (item “c”), de R\$402.813,01 R\$214.363,57 + R\$192.402,77 – R\$3.953,33).

Quanto ao “Erro 2”, a fiscalização indicou valor de R\$7.508.555,68, e o recorrente R\$6.667.856,65.

Constato que o item “d” do citado Parecer, descreve “o valor total das operações de saídas ocorridas no período”, que no livro de Apuração do ICMS, à fl. 232, foi indicado R\$7.508.555,68.

No quadro de fl. 426, o recorrente indicou que deduziu o valor de outras saídas com os CFOP 5949, 6920 e 6949, que resultou no valor de R\$6.667.856,65. Entretanto, não informou a que se refere as saídas com os CFOP 5949 e 6949 (Outra saída de mercadoria não especificada), totalizando R\$34.467,07. Porém, as saídas com CFOP 6920 (Remessa de vasilhames ou sacarias), no valor de R\$806.231,29, por não se tratar de saídas com transferência de titularidade, considero que deve ser deduzido do total das saídas para efeito de cálculo do coeficiente de transferência de crédito (Parecer nº 4363.0120.132), o que resulta em saídas totalizando R\$6.702.323,72.

Com relação às saídas diferidas, não há divergência quanto ao valor de R\$6.008.669,08.

Pelo exposto, considerando os erros “1 e 2”, tomo como referência o quadro à fl. 425 que resulta:

ABRIL/2012	GECOT	Valor
Saldo credor acumulado		402.813,01
Valor total das saídas	d	6.702.323,72
Valor das saídas com diferimento	e	6.008.669,08
Coeficiente para transf. De créditos	f	0,89651
Crédito Parecer GECOT	g	361.124,02
Crédito transferido		337.249,68
Saldo credor		23.874,34

Por tudo que foi exposto, restou comprovado que houve regularidade na transferência dos créditos fiscais no mês de abril/2012.

Fica reformada a Decisão, de procedente em parte, para improcedente a infração 1.

Quanto a infração 2, relativa à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, de transferência de saldo credor de fevereiro para março/2012, o recorrente alega que a origem do saldo credor foi da empresa com Inscrição Estadual nº 074.383.937 e CNPJ 08.515.211/0004-11, que foi incorporada.

Na Decisão proferida pela primeira instância, foi fundamentado que a empresa teve sua inscrição deferida em 02/02/2012, e emitiu a primeira nota fiscal em 01/03/2012, inexistindo movimento em fevereiro/2012, conforme DMA do mês (fls. 12 a 17).

Pela análise dos documentos juntados com o recurso, constato que:

- 1) O estabelecimento autuado com Inscrição Estadual nº 007.083.499 teve inscrição do CNPJ 02.308.87/0007-87 em 18/01/2012 (fl. 69) e inscrição deferida em 02/02/2012 (fl. 68);
- 2) As fls. 70 a 101 foi juntado Ata, Laudo de Avaliação, Balanço Patrimonial relativos à incorporação da FAURECIA EM. C. TEC. LIMEIRA LTDA que tinha Inscrição Estadual nº 074.383.937 e CNPJ 08.515.211/0004-11, que operou até fevereiro 2012;

- 3) Nas fls. 103/104 foi juntada a DMA e livro de Apuração do mês 02/2012 da incorporada (Inscrição Estadual nº 074.383.937) que identifica saldo credor de R\$182.729,44;
- 4) Na fl. 106 foi juntado cópia de entrega da DMA recepcionada no dia 22/05/2012 relativa ao mês 03/2012 que indica saldo credor de R\$182.729,44 em conformidade com o arquivo da EFD juntado à fl. 105.

Pelo exposto, restou comprovado que o estabelecimento autuado incorporou no mês 02/2012, o estabelecimento com Inscrição Estadual nº 074.383.937 e CNPJ 08.515.211/0004-11, que possuía o saldo credor, que foi lançado no livro de Apuração do ICMS no mês de março/2012.

Ressalto, que a fiscalização agiu corretamente ao exigir o ICMS relativo à transferência de saldo credor inexistente, e embora o estabelecimento autuado não tenha indicado na escrituração fiscal que a origem do saldo credor tenha sido da empresa que foi incorporada, os documentos fiscais juntados com o presente recurso comprovam a origem do saldo credor.

Assim sendo, modifico a decisão recorrida de procedente, para improcedente a infração 2.

No tocante à infração 3 (entrada de mercadorias não registrada), o recorrente alega que 33 NFes estão canceladas, e apresentou demonstrativo à fl. 430, e NFes reconhecendo devido R\$ 1.610,21.

Na Decisão proferida, a 2ª JF apreciou que não foram apresentados os documentos fiscais cancelados.

O recorrente juntou cópia das chaves eletrônicas às fls. 527 a 545, para tentar comprovar que parte das NFes relacionadas nos demonstrativos de fls. 18 a 47, (anexo C), foram canceladas.

Pela análise dos documentos juntados ao processo, constato, que efetivamente, comprovam que foram canceladas. Tomando por exemplo a NFe nº 1088, (fl. 527), indica que autorização de uso pelo Protocolo nº 135120138920403, no dia 12/03/2012, às 21:10:24, e Protocolo de cancelamento pelo emitente nº 13512013902228, no dia 12/03/2012, às 22:06:37. O mesmo ocorre com as demais NFes.

Dessa forma, tomo como base o demonstrativo elaborado pelo autuante, e faço a dedução dos valores das NFes canceladas:

Data Ocorr	Data Vencto	Autuado	NFe cancelada	Fl.	Valor	Devido
30/03/2012	09/04/2012	675,90	1088/1679	527/29	447,52	228,38
30/04/2012	09/05/2012	628,16	3802/4984/5293	533/35	612,16	16,00
30/05/2012	09/06/2012	46,73	8672	537	33,00	13,73
30/06/2012	09/07/2012	21,85	6223	536	14,96	6,89
30/07/2012	09/08/2012	17,72				17,72
30/08/2012	09/09/2012	352,62	9951/11354/14607	538/41	329,38	23,24
30/09/2012	09/10/2012	13.788,71	11538	540	13.785,33	3,38
30/10/2012	09/11/2012	169,80				169,80
30/11/2012	09/12/2012	84,96				84,96
30/12/2012	09/01/2013	1.224,93	87352	543	0,90	1.224,03
30/01/2013	09/02/2013	55,61				55,61
28/02/2013	09/03/2013	52,11				52,11
30/03/2013	09/04/2013	116,11				116,11
30/04/2013	09/05/2013	263,15				263,15
30/05/2013	09/06/2013	65,47				65,47
30/06/2013	09/07/2013	58,30	46230	542	12,44	45,86
30/07/2013	09/08/2013	48,15	3062	530	6,57	41,58
30/08/2013	09/09/2013	211,89				211,89
30/09/2013	09/10/2013	151,99				151,99
30/10/2013	09/11/2013	58,24	112249/112300	544/45	22,06	36,18
30/11/2013	09/12/2013	62,41				62,41
31/12/2013	09/01/2014	222,76				222,76
	<b>Total</b>	<b>18.377,57</b>				<b>3.113,25</b>



Quanto às notas fiscais que a empresa alega não ter recebido as mercadorias, não acato, tendo em vista que as NFes estão ativas no portal de notas fiscais eletrônicas, e não foi apresentado nenhuma prova neste sentido.

Fica modificada a Decisão de procedente, para procedente em parte na infração 3, com redução do débito de R\$18.377,57, para R\$3.113,25.

Quanto à infração 4 (entrada de mercadorias não tributáveis), o recorrente alegou que o inciso XI do art. 42 da Lei nº 7.014/96, foi revogado pela Lei nº 13.816/17, e que 30 notas fiscais estão canceladas, e não recebeu as mercadorias relativas a outras notas fiscais, reconhecendo R\$27.972,22.

Com relação ao cancelamento do inciso XI, do art. 42 da Lei nº 7014/96, observo que os fatos geradores, objeto da autuação, referem-se aos exercícios de 2012 e 2013, tendo sido lavrado o auto de infração em 29/03/2016, e sido revogado pela Lei nº 13.816/17, no exercício de 2017, aplica-se a legislação vigente do citado inciso.

Com relação ao pedido de aplicação do disposto no art. 106, II do CTN, observo que em se tratando de ato não definitivamente julgado, o inciso “a” estabelece a aplicação a ato ou fato pretérito, “quando deixe de defini-lo como infração”, que não é o caso, visto que o inciso IX, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, previa multa de 1% sobre o valor das entradas de mercadorias “sujeitas à tributação”, e o inciso XI, o mesmo percentual para mercadorias “adquiridas sem tributação ou com a fase de tributação encerrada”.

Porém, a citada Lei nº 13.816/17, revogou o inciso XI mas modificou o texto do inciso IX, englobando a aplicação da multa de 1% “do valor comercial do bem, mercadoria ou serviço que tenham entrado no estabelecimento, ou que por ele tenham sido utilizados sem o devido registro na escrita fiscal”. Portanto, o não registro de entrada de mercadoria “não tributável”, não deixou de ser infração.

No que se refere às notas fiscais canceladas, é válido a mesma apreciação da infração 3, a exemplo da NFe nº 46, (fl. 548), indica que a autorização de uso pelo Protocolo nº 129130033188404, no dia 09/04/2013, às 06:25:43, e Protocolo de cancelamento pelo emitente nº 1291300331189251, no dia 09/04/2013, às 06:42:15. O mesmo ocorre com as demais NFes. Por isso, faço as exclusões:

Data Ocorr	Data Vencido	Autuado	NFe cancelada	Fl.	Valor	Devido
30/04/2012	09/05/2012	2.836,87				2.805,01
30/05/2012	09/06/2012	697,95				697,95
30/06/2012	09/07/2012	3.078,45	11757/65111	558/64	9,53	3.068,92
30/07/2012	09/08/2012	308,09				0,00
30/08/2012	09/09/2012	96,05				96,05
30/09/2012	09/10/2012	1.118,38				1.118,38
30/10/2012	09/11/2012	141,07	17868	559	1,67	139,40
30/11/2012	09/12/2012	1.086,05				1.086,05
30/12/2012	09/01/2013	879,01				879,01
30/01/2013	09/02/2013	392,41	51	549	31,86	360,55
28/02/2013	09/03/2013	1.324,38	97/3347	551/563	1.095,38	229,00
30/03/2013	09/04/2013	213,28				213,28
30/04/2013	09/05/2013	282,55	1885	552	0,24	282,31
30/05/2013	09/06/2013	339,79				339,79
30/06/2013	09/07/2013	28,00				28,00
30/07/2013	09/08/2013	336,18				336,18
30/08/2013	09/09/2013	185,10	27353/30016	561/563	115,47	69,63
30/09/2013	09/10/2013	17.087,02	8984/3017/343709	557/562	7445,54	9.641,48
30/10/2013	09/11/2013	16.918,94	8980/82	555/56	10633,17	6.285,77
30/11/2013	09/12/2013	3.711,20	68725	531	3.700,00	11,20
31/12/2013	09/01/2014	276,34	4397/4407	553/54	127,26	149,08
	<b>Total</b>	<b>51.337,11</b>				<b>27.837,04</b>

Pelo exposto, modifico a Decisão recorrida de procedente, para procedente em parte, com redução do débito de R\$51.337,11, para R\$27.837,04.

Relativamente à infração 10, verifico que apesar do recorrente ter se manifestado no recurso, afirmou que reconhece a multa de R\$460,00, que foi julgada na primeira instância. Inexistindo recurso de ofício, fica mantida a Decisão pela procedência em parte desta infração.

Por tudo que foi exposto, voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, conforme demonstrativo abaixo:

Infração	Autuado	Julgado 2ª JJF	Julgado 2ª CJF	Situação
1	201.463,30	162.998,28	0,00	Improcedente
2	136.330,51	136.330,51	0,00	Improcedente
3	18.377,57	18.377,57	3.113,25	Procedente em parte
4	51.337,11	51.337,11	27.837,04	Procedente em parte
5	710,85	710,85	710,85	Procedente
6	3.043,65	3.043,65	3.043,65	Procedente
7	10.823,15	10.823,15	10.823,15	Procedente
8	4.385,38	4.385,38	4.385,38	Procedente
9	280,00	280,00	280,00	Procedente
10	30.449,66	460,00	460,00	Procedente em parte
<b>Total</b>	<b>457.201,18</b>	<b>388.746,50</b>	<b>50.653,32</b>	

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado e modificar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279464.0002/16-5**, lavrado contra **FAURÉCIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A.**, devendo ser intimado o recorrente, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$18.963,03**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a” e “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$31.690,29**, prevista nos incisos VII, “c”, IX, XI e XVIII, “c” da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios, conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 25 de maio de 2021.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE – REPR. DA PGE/PROFIS